

A RELIGIÃO COMO SISTEMA MORAL

Parte I

Segundo o Dicionário Michaelis, dentre vários significados, tem-se que:

- **Religião:** Crença ou doutrina religiosa; sistema dogmático e moral; Filos. - Respeito a uma regra.
- **Moral:** Que procede conforme à honestidade e à justiça, que tem bons costumes; Que se refere ao procedimento; sf - Parte da Filosofia que trata dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres do homem em sociedade e perante os de sua classe. A) Moral Cristã: a moralidade que em si contém os preceitos evangélicos. B) Moral Pública: designativo dos preceitos gerais de moral que devem ser observados por todos os membros da sociedade.
- **Sistema:** Conjunto de princípios verdadeiros ou falsos, donde se deduzem conclusões coordenadas entre si, sobre as quais se estabelece uma doutrina, opinião ou teoria; Corpo de normas ou regras, entrelaçadas numa concatenação lógica e, pelo menos, verossímil, formando um todo harmônico.

Diante das definições apresentadas, pode-se concluir que, como um sistema, estabelece uma série de regras cuja finalidade seria nortear os seus seguidores para uma conduta determinada e desejada. No âmbito de moral como conduta e deveres, verifica-se que pode ser dividida em duas vertentes, a saber: moral cristã e moral pública.

Na moral cristã se encontrariam os ensinamentos trazidos por Jesus durante sua estada no planeta há mais de dois mil anos. Considerando Jesus, conforme O Livro dos Espíritos na questão 625, o tipo mais perfeito para servir de exemplo em sua encarnação, então seus ensinamentos estavam prontos e teriam um caráter perene, isto é, seriam decorrentes de um nível de conhecimento que transcenderiam o tempo.

A moral pública seria decorrente de uma longa seqüência de eventos que, através da experiência, as regras são definidas e estabelecidas para a relação em sociedade, regendo comportamento para o bem viver. A experiência decorrente de erros e acertos, além, é claro, de novas necessidades decorrentes de novas possibilidades e do desenvolvimento intelectual, funcionariam como diretrizes para melhor corrigir eventuais falhas no sistema.

Portanto, devido à limitação do conhecimento, da fragilidade dos conceitos considerados e das novas situações, a moral pública teria um caráter temporário, cuja duração dependerá do interesse dos integrantes da sociedade em aprimorar as regras estabelecidas.

Depreende-se sob certo ponto de vista que existem, ao menos, dois tipos de regras morais: as mutáveis e as imutáveis.

Buscando aprimorar a idéia, verifica-se que no O Livro dos Espíritos, questão 629, “A moral é a regra de bem proceder, isto é, de distinguir o bem do mal. Funda-se na observância da lei de Deus. O homem procede bem quando tudo faz pelo bem de todos, porque então cumpre a lei de Deus.”

Considerando a resposta dos espíritos com relação ao significado de moral, depreende-se que a lei de Deus descreveria a moral de caráter imutável. Contudo, a humanidade ainda não atingiu o nível evolutivo suficiente para apreender o significado destas leis. Portanto, Jesus veio trazer a explicação de conceitos tão elevados para um entendimento mais humano quando disse:

“Fazei aos homens tudo o que queirais que eles vos façam, pois é nisto que consistem a lei e os profetas.” (S. Mateus, cap. VII, v. 12.)

“Tratai todos os homens como quereríeis que eles vos tratassem.” (S. Lucas, cap. VI, v. 31.)

Analisando os conceitos acima, verifica-se que conceitos imutáveis foram descritos com conceitos mutáveis, pois o homem comum somente pode elaborar pensamentos comportamentais correlacionando o que lhe é conhecido – as leis humanas. Verifica-se ainda que, pelas palavras de Jesus não estavam limitadas ao conhecimento da época, haja vista que podiam ser aplicadas ontem, hoje e sempre, o que as tornam imutáveis.

Em suma: O aprimoramento das leis humanas mutáveis conduzirá, forçosamente, às leis imutáveis.

Portanto, independentemente da crença ou não na existência de Deus, simplesmente através da vontade natural do homem em cada vez mais adequar a regras de conduta à realidade em que se encontrar, conduzirá ao comportamento explicitado por Jesus: não fazer aos outros o que não gostaria que os outros vos fizessem e fazer o que gostaria que vos fizessem.

Considerando que Deus realmente existe e com as qualidades descritas pela Doutrina Espírita, não seria viável considerar que, sendo a inteligência suprema, relegaria a necessidade de se aplicar Suas leis a um mero dogma.

Portanto, sob a visão de sistema moral, o Espiritismo pode ser considerado como religião.

Parte II

Segundo O Livro dos Espíritos, questão 621, a lei de Deus estaria gravada na consciência. Isto é, apesar de não se ter acesso direto a esta informação, todos a teriam e, por isso, estariam sujeitos a sua influência. As bases para a compreensão deste conceito podem ser encontrada na teoria psicológica de C. G. Jung, conhecido como o Pai da Psicologia Analítica.

Jung, no livro *Psicologia e Religião*, página 89, compara a psique humana com uma ilha cercada pelo oceano. A ilha representaria o consciente, enquanto que o oceano representaria o inconsciente. Apresenta, ainda, uma visão energética da psique que seria compartimentada em três regiões principais, a saber: consciente, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo.

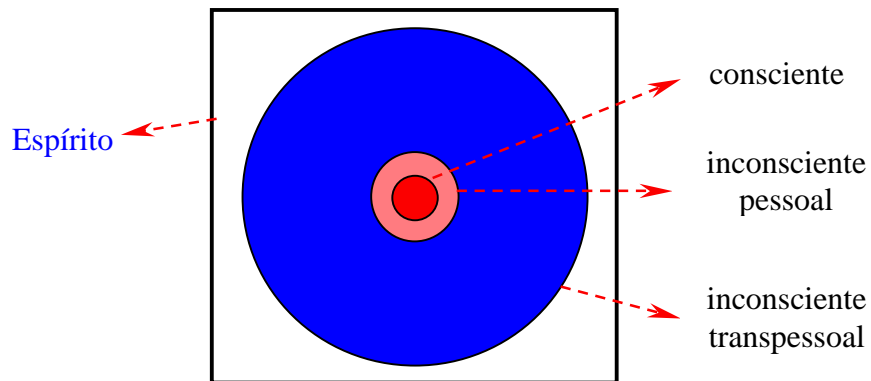
Pode-se dizer que o consciente seria a região de acesso direto pelo espírito enquanto encarnado e em estado de vigília, isto é, o material que permearia o cérebro, tendo condições de ser reconhecido e analisado, podendo ser explicado e equacionado racionalmente pelo indivíduo.

No inconsciente pessoal estariam armazenados os acontecimentos que não alcançaram ou que não permaneceram no consciente.

A idéia de um inconsciente coletivo surgiu ao observar pacientes que apresentavam manifestações psíquicas correlacionadas com acontecimentos específicos ocorridos em épocas e locais diversos, além do conhecimento do indivíduo em questão. Tais fenômenos, sob uma ótica não reencarnacionista, somente poderiam conduzir à idéia de que a informação sobre todas as ocorrências da humanidade, em todos os tempos, seria passível de ser acessada.

Esta idéia sobre o inconsciente coletivo junguiano é comentada por Joanna de Ângelis no livro *Triunfo Pessoal*, página 23. Ela diz que *Atravessando os diferentes períodos da humanidade, nos quais esteve, arquivou, nos recessos do ser, todas as impressões que ora se encontram adormecidas e podem ser exteriorizadas pelo perispírito*, e completa dizendo que *A visão espírita, porém, a respeito de um arquivo extracerebral, formado por uma maquinaria energética centrada no Self ou Espírito, cujo campo de informações é infinito...*

Uma representação gráfica da psique segundo a definição de Joanna de Ângelis para o inconsciente coletivo está apresentada a seguir:

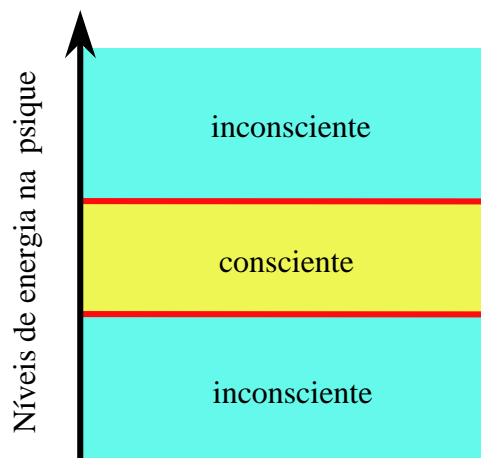


Pode-se compreender que, sendo uma estrutura energética, a região relativa ao consciente estaria determinada por questões também energéticas. Portanto, Jung postula a existência de limiares de energia, tanto inferior quanto superior, para o consciente.

Conteúdos inconscientes abaixo do limite inferior não teria energia suficiente para ser conduzido ao consciente, enquanto que os conteúdos acima do limite superior, apesar de possuírem energia suficiente para serem conscientizados, Jung diz que a consciência não pode percebê-lo por falta de compreensão e postula a existência de um sujeito secundário capaz de tratar com este conteúdo mais energético.

Contudo, como se encontra no livro *A Natureza da Psique*, página 114, apesar da impossibilidade de uma apercepção de conteúdos acima do limiar superior, o sujeito secundário atuaria sobre a consciência de maneira indireta, isto é, através de símbolos.

A seguir é apresentada uma representação esquemática dos limiares da consciência:



Diante do exposto e considerando a questão 621 do O Livro dos Espíritos que diz que a lei de Deus está inscrita na consciência que, devido a sua origem, deva ter alta carga energética e, por este motivo, pode-se considerar que esteja na região de maior energia, é possível supor que o processo psíquico relativo à lei de Deus esteja situado na região mais energética que, embora não conscientizado, exerce uma influência no consciente.

Isto significa que a consciência de Deus está presente em todos, porém não seria possível a sua percepção direta pelo simples motivo da impossibilidade da compreensão por parte da mente humana comum. Contudo, todos recebem a influência indireta desta lei e, com isso, ninguém pode clamar por ignorância completa.

Assim, a idéia equivocada de se “afastar da lei” representa, numa abordagem mais adequada, que o espírito, seja ele quem for, recebe a influência da lei, porém sempre em acordo com seu entendimento, que significa grau evolutivo. Esta influência determinará o discernimento entre o certo e o errado, também em acordo com o grau evolutivo. Portanto, de antemão, o indivíduo sabe o quanto de responsabilidade lhe cabe em seus atos, assim, quando age em não conformidade com que tem noção, ele mesmo buscará, mesmo que inconscientemente, pelo recurso educativo necessário, o que estará sempre em concordância com seu grau de discernimento.

Texto elaborado por Claudio C. Conti.